



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	A caixa escolar para a filantropia discente e a manutenção da frequência escolar: origem e desenvolvimento do Rio Grande do Sul (1917-1929)
Autor	LUÍSA GRANDO ORFALI
Orientador	NATÁLIA DE LACERDA GIL

A caixa escolar para a filantropia discente e a manutenção da frequência escolar: origem e desenvolvimento do Rio Grande do Sul (1917-1929).

Apresentadora: Luísa Grando Orfali – UFRGS

Orientadora: Profa. Dra. Natália de Lacerda Gil – FACED/UFRGS

Este trabalho apresenta análises iniciais sobre a história da escolarização do aluno pobre e o desenvolvimento das caixas escolares no Rio Grande do Sul durante o período de 1917 a 1929. A caixa escolar foi um instrumento utilizado, ao longo do período republicano, como uma maneira de promover a filantropia dos alunos mais ricos com os mais pobres. Também incentivava a frequência escolar dos alunos pobres a partir de doações para a carteira beneficente, que fornecia alimentos, roupas, calçados e transporte para aqueles alunos que não tinham condições financeiras. O objetivo central dessas análises é compreender, a partir da perspectiva da caixa escolar, as tentativas de escolarização de grupos tradicionalmente excluídos do ambiente escolar e os mecanismos estipulados pelas legislações do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento da educação cívica e da filantropia entre os alunos mais ricos.

O processo de criação da caixa escolar, ao longo do século XX no Rio Grande do Sul, evidencia-se na análise da legislação a centralidade da função filantrópica no que se refere à caixa escolar. Além disso, foram analisados dados nos relatórios do Estado sobre o ensino, com enfoque no que se refere ao número de alunos auxiliados e quais insumos eram fornecidos para permanência desses alunos na escola. A partir das análises dos relatórios comprovaram-se diferenças significativas de valores adquiridos por doações e vendas de trabalhos manuais em relação à localização das instituições, permitindo observar maior valorização das escolas mais próximas à capital do Estado. Ademais, durante a análise de despesas de diferentes colégios com valores similares ganhos de seus sócios, houve discordâncias significativas no número de insumos, como se viu em alguns Colégios Elementares, onde se gastava quase o dobro de dinheiro para se adquirir a mesma quantidade de roupas que em outros Colégios Elementares.

Por conseguinte, a partir da análise dos relatórios e da legislação do Estado no período de 1917-1929, foi possível inferir que a caixa escolar não tinha como objetivo central a manutenção da frequência escolar, mas sim desenvolver a caridade entre os alunos e desenvolvimento de uma elite que se preocupava em doar parte de seus bens, não necessariamente para que os mais pobres conseguissem se emancipar, mas sim com um caráter de assistencialismo. No entanto, mesmo com esse caráter sendo o mais incentivado pela legislação, através dos relatórios de ensino percebeu-se que o objetivo da frequência se estabeleceu com o tempo, principalmente, pela forma como os recursos utilizados foram manejados para auxiliar os mais pobres em sua permanência nas instituições de ensino.